

OPINIÃO

EDITORIAL

O “novo” MP e a hora da onça beber água

O Ministério Público de Ribeirão Preto tem, nos últimos meses, demonstrado que está atento ao seu papel constitucional de fiscal da lei e defensor da sociedade. Em um cenário em que denúncias jornalísticas frequentemente são ignoradas por órgãos de controle, é digno de reconhecimento o fato de que promotores locais vêm dando atenção aos casos revelados pela imprensa – em especial pelo Jornal Ribeirão – e instaurando inquéritos civis e criminais para apurar condutas que afrontam a moralidade administrativa, um dos pilares da democracia.

Mais importante ainda, que os inquéritos estão sendo tocados de verdade, e não apenas abertos para serem arquivados meses depois sem que as investigações progridam.

Esse compromisso com a apuração efetiva de irregularidades marca uma mudança significativa em relação a um passado recente. Houve tempos sombrios na história do MP em Ribeirão Preto, quando o silêncio institucional e o comodismo de alguns membros resultaram no arquivamento sumário de escândalos com fortes indícios de corrupção por agentes públicos.

O caso da Máfia das Ambulâncias é símbolo dessa fase de omissão: apesar de fartas provas e de repercussão nacional, o episódio foi abafado sem a devida responsabilização dos envolvidos, contrariando inclusive parecer da Polícia Federal pelo indiciamento do ex-secretário de Saúde, Sandro Scarpelini. Parte da credibilidade da instituição foi, à época, comprometida por decisões que mais protegeram do que fiscalizaram os agentes públicos.

Felizmente, o cenário atual aponta para uma inflexão. Nos últimos anos, o Ministério Público obteve importantes vitórias judiciais, como a condenação do ex-vereador Sérgio Zerbinato por prática de rachadinha – crime político que atenta

contra a estrutura ética do serviço público. O mesmo se diga da condenação por improbidade administrativa do ex-secretário Antonio Daas About, figura central nos bastidores do governo Duarte Nogueira. Decisões como essas não apenas punem os infratores, mas também restabelecem a confiança da população no sistema de justiça.

No entanto, é preciso lembrar que essas conquistas são apenas o começo. A efetividade da atuação ministerial não se mede apenas por algumas ações exitosas, mas pela constância da vigilância, pela coragem em contrariar interesses poderosos e pela disposição em não deixar que o tempo sepulte escândalos. O combate à improbidade exige perseverança, estrutura e, sobretudo, independência.

Que o Ministério Público siga avançando nas investigações que tem aberto. Que ouça sempre a sociedade e atue com firmeza diante das denúncias – especialmente quando elas revelam estruturas de favorecimento, desvio de recursos ou uso indevido do poder público. Não há espaço, no atual estágio da democracia brasileira, para instituições que se calam ou hesitam diante do ilícito.

A Constituição de 1988 confiou ao Ministério Público um papel central na defesa dos interesses coletivos. Ele não representa governo, partido ou grupo: representa o povo. É o guardião da moralidade administrativa, da probidade, do patrimônio público e dos direitos fundamentais. Que a atuação recente em Ribeirão Preto seja a regra, e não a exceção. E que a confiança social no MP se consolide não apenas pelo que já foi feito, mas por tudo que ainda precisa ser enfrentado pelo bem da cidade.

OPINIÃO DO LEITOR

Parabéns do Jornal Ribeirão pelo excelente trabalho de acompanhamento das questões administrativas. O jornal presta um enorme serviço à cidade.

Jarbas Braga, Royal Park

NOVAS IDEIAS

Roubo dos aposentados, face mais cruel de um país anestesiado

SAMUEL HANAN*



A revelação de que milhões de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram lesados por meio de descontos indevidos em seus contracheques entre 2019 e 2024 revela talvez o episódio recente de maior grau de perversidade contra a parcela mais vulnerável da população brasileira, da qual foram tiradas pelo menos R\$ 6,3 bilhões.

Choca pela sua crueldade e desfaçatez porque roubou dinheiro das já minguadas aposentadorias e pensões de quem depende desses recursos para sobreviver na fase mais crítica da existência – velhice, doença, invalidez, ou morte do ente querido. E é inaceitável por se concretizar justamente no pilar da seguridade social brasileira, o INSS, concebido para amparar os cidadãos nos momentos de maior necessidade e que, para isso, contribuíram a vida inteira para ter direito aos benefícios sociais.

O que o país assistiu, estupefato, não foi um apenas um ato administrativo falho ou simples roubo. Foi um atentado à dignidade humana, praticado justamente contra aqueles que não possuem reservas financeiras, que não têm advogados caros à disposição, que dependem de cada centavo, afetando a própria capacidade de subsistência daqueles que não têm a quem mais recorrer.

Estamos falando de pessoas que já sofreram demais com um sistema previdenciário lento e falho, com análises de processos que levam meses, por vezes anos, enquanto a fome bate à porta e os remédios acabam. Mais uma consequência de uma máquina burocrática que é gigante e, para o cidadão comum, impessoal e inatingível.

Mas como esse país chegou a tal nível de crueldade? A resposta, dolorosamente evidente, parece estar na certeza da impunidade. Poucos servidores são de fato responsabilizados pelos atrasos, pelos erros, pela falta de atendimento humanizado. As decisões que prejudicam milhares de pessoas raras vezes resultam em consequências severas para os tomadores de decisão ou aprimoramento da estrutura que permite tais falhas. Cria-se um ciclo vicioso onde o descaso é normalizado, pois não há punição efetiva.

É só mais um retrato de uma nação leniente com a corrupção e indiferente a seguidas práticas que visam apenas ao incremento de benefícios a uns poucos privilegiados. Enquanto o aposentado é escandalosamente roubado, o Congresso aprova o aumento de 18 cadeiras na Câmara dos Deputados, as assembleias estaduais pegam carona e já articulam a mesma proposta; o Judiciário aumenta desavergonhadamente os penduricalhos que permitem ganhos dos magistrados muito acima do teto constitucional e boa parte isenta do Imposto de Renda, além de garantir mais folgas que posteriormente serão indenizadas, e o governo tira dinheiro do salário-mínimo por meio de uma nova fórmula de reajuste que o trabalhadora somente compreenderá quando perceber menos comida na mesa.

Não há nação que prospere tratando seus cidadãos dessa maneira e se omitindo quando à necessidade de atacar urgentemente essas questões.

A indignação da sociedade não é sem razão, pois o argumento do governo de que o problema do INSS teve início do governo passado não o exime da responsabilidade, porque o escândalo só aumentou e seria obrigação de quem prega moralidade apoiar todas as iniciativas impedir a ação ou conseguir a recuperação do dinheiro roubado de quem ganha mísero um salário-mínimo de aposentadoria ou pensão.

Qualquer posicionamento em contrário leva a crer que o governo está mais interessado em manter a divisão da sociedade brasileira – direita x esquerda, ricos x pobres –, em aumentar a arrecadação – com mais tributos, mais inflação e juros altos –, e ainda retirando dinheiro dos pobres via redução dos benefícios, tudo agravado agora com a falta de firmeza e transparência para a apuração do assalto do INSS, provavelmente cobrindo o rombo com o dinheiro de toda a população, quando o ressarcimento deveria ser feito exclusivamente pelas associações e sindicatos beneficiados com a fraude.

É essencial e inadiável que a sociedade brasileira – hoje aparentemente anestesiada – reflita sobre o que está acontecendo no INSS. Não como um problema técnico-administrativo menor, mas como mais um triste episódio da grave crise ética e social que se aprofunda no Brasil. Exigir transparência, responsabilização exemplar e devolução do dinheiro roubado é o mínimo que se pode fazer para resgatar a confiança no INSS e, mais importante, a dignidade de seus segurados.

*Samuel Hanan é engenheiro e empresário.

Jornal Digital



Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

- Banca Tibiriça - R. Tibiriça, 600
- Banca do Denis - R. Otávio Gólfeto, 326
- Banca Saudade - Av. Saudade S/N
- Banca Paulista - Av. Independência, 1680
- Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N
- Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão
- Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N
- Banca Solange - Av. Pres. Vargas, 25 - Esq. Av. R. Nove De Julho
- Banca Camões - Praça Camões S/N
- Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800
- Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão
- Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma
- Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575
- Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588
- Banca Sete de Setembro - Praça
- Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431
- Banca Ofic Center - Av Portugal, 1760
- Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395
- Banca da Lucia - Av Dom Pedro S/N
- Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Centri, 425
- Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)
- Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)

JORNAL RIBEIRÃO

SKY COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA
CNPJ 12.884.377/0001-30

www.JORNALRIBEIRAO.COM.BR

REDAÇÃO:

Av. Eduardo Gomes de Souza, 766 - S/4
City Ribeirão - Ribeirão Preto/SP
CEP 14021-540

Editor-chefe: **Eduardo Schiavoni**
Editor adjunto: **Beatriz Camargo**
Editor de arte: **Daniel Torrieri**

Contato:
redacao@jornalribeirao.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR:
(16) 99173-3980

Acesse pelo QRCode >



Departamento Comercial: **Emerson Cosmo**
comercial@jornalribeirao.com.br

Material noticioso e fotográfico fornecido pelas agências de notícias Estado, Brasil, France-Press, Reuters, pela equipe de correspondentes e pelos colaboradores.

O Jornal Ribeirão não se responsabiliza por conceitos ou opiniões emitidos em colunas ou artigos assinados.